



Anais da Assembléia

Nº 104

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 1975.

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 154ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 1975

SEGUNDA - FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Trajano Bastos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (46); achando-se ausentes os Srs. Deputados Paulo Camargo, Maurício Fruet, Del Ciel, Antonio Facci, Ernesto Dal'Oglio, Francisco Escorsin, Jayme Rodrigues Carvalho e João Cioni Neto. (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.—

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — proceda à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

- de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando regime de urgência, para o Projeto de Lei nº 92/75.
- de autoria do Senhor Deputado José Domingos Scarpelini, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 37/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, ouvido o plenário, requer, voto de profundo pesar pelo infausto passamento do ex-Deputado Leovegildo Salles, ocorrido dia 13 próximo passado, na cidade de Carlópolis.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1975.

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no dia 12 do corrente,

do ex-Deputado Estadual Senhor Leovegildo Salles.

-O extinto, pessoa de grande conceito no município de Carlópolis, no qual exerceu o cargo de Prefeito Municipal por 4 períodos, foi Deputado Estadual pela legenda do extinto partido PSD, chegando a desempenhar as funções de líder da bancada.

Chefe de numerosa família, constituída por 13 filhos, dos quais destacamos uma Vereadora à Câmara Municipal de Carlópolis, outro desempenhando as funções de Delegado da Polícia naquele município, e ainda um terceiro funcionário destacado desta Casa.

Com o seu prematuro falecimento, perde a sociedade de Carlópolis um dos seus mais destacados líderes.

Requeremos, outrossim, que, do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada e à Câmara Municipal de Carlópolis.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1975.

a) Gabriel Manoel

a) Accioly Neto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, após ouvido o plenário, seja enviado um voto de congratulações ao Governo do Estado e a Rádio e Televisão Iguaçu S/A., pela inauguração no próximo dia 18, do sistema de microondas em Foz do Iguaçu, iniciativa que irá levar imagem a cor com padrão local a todo o Oeste e, posteriormente, Sudoeste do Paraná.

JUSTIFICATIVA

Entre os meios de comunicação é a televisão que desponta como o mais eficaz agente do caldeamento cultural e da integração social dos povos. Mais poderoso meio de comunicação até hoje levantado, a televisão atinge o máximo de sua capacidade ao transportar o telespectador de sua poltrona até o local de uma guerra ou de uma importante descoberta científica. Mas realiza igualmente o homem em sua necessidade de consumir literatura, espetáculos musicais ou esportivos.

Dentro deste quadro, a televisão é um grande instrumento do desenvolvimento humanístico que independe de investimentos públicos: é o setor privado que vem expandindo a rede nacional de televisão, que hoje cobre todos os estados e territórios brasileiros, com exceção do Amapá. Que interliga populações pelo interesse comum da notícia, na novela, no show ou no esporte. Que leva a toda parte a mesma mensagem de um Brasil que se torna grande.

Esta grandeza não poderia ser medida com maior precisão do que neste momento, em que a imagem da TV-Iguaçu, Canal 4, de Curitiba, chega a Foz do Iguaçu com sinal local, graças ao espírito de iniciativa de seu comandante, o ex-governador Paulo Pimentel, com o excelente padrão de programação da Rede Globo, e elevado espírito de patriotismo das autoridades federais e estaduais que apoiam este empreendimento, bem como à empresa que lhe dá respaldo - a Telepar.

A realidade da TV chega à fronteira do Brasil com o Paraguai e Argentina é a primeira etapa de um processo capaz de integrar todo o sistema de comunicações do continente, unindo os povos consolidando as esperanças comuns de um mundo sem fronteiras.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1975.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

No uso de suas atribuições regimentais, o Deputado que este subscreve, requer, após ouvido o plenário, se registre um voto de congratulações à cidade de Ponta Grossa pela passagem dos seus 152 anos de emancipação.

A Princeza dos Campos como é conhecida está hoje desfrutando no cenário nacional um lugar de destaque no progresso, desenvolvimento e na segurança do País, graças aos seus filhos e aos brasileiros e estrangeiros que lá se radicaram. É Ponta Grossa o orgulho do Paraná e a Capital do civismo do povo paranaense.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1975.

a) Luiz Carlos Zuk.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o plenário, requer seja encaminhado expediente a S. Exa. General ALCINDO PEREIRA GONÇALVES, Secretário da Segurança Pública, no sentido de que os soldados que trabalham, durante o dia, no serviço de controle de trânsito e orientação aos pedestres nesta Capital, sejam dispensados do porte de armas.

JUSTIFICATIVA:

Não existe nenhuma necessidade para que os soldados que prestam atendimento aos pedestres e controlam o trânsito, principalmente durante o dia, portem armas de fogo.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1975.

a) LÁZARO DUMONT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que os inativos da Secretaria de Segurança Pública, ex-integrantes da carreira de Agentes de Polícia atualmente denominada Agente de Segurança — muito contribuíram para o aperfeiçoamento da Polícia Civil de nosso Estado.

Considerando que a Lei Complementar nº 03 de 14 de maio de 1974 — Estatuto da Polícia Civil — não lhes foi favorável, como se vê no seu artigo 90.

Considerando, finalmente, ser de justiça a alteração do referido diploma legal, excluindo texto discriminatório do mencionado artigo 90, para que sejam estendidos alguns benefícios àqueles ex-Servidores.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, requer o encaminhamento de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, dirigindo-lhe apelo no sentido de determinar os competentes estudos, com vistas à sugerida modificação estatutária.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições requer o envio de ofícios ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando urgentes e efetivas providências no sentido de proporcionar melhores condições de tráfego no trecho que liga as sedes dos municípios de Santa Izabel do Ivaí e Loanda.

JUSTIFICATIVA:

Apenas 10 quilômetros separam as sedes dos municípios de Santa Izabel do Ivaí e Loanda. Entretanto, encontram-se intransitáveis, pois o trecho é simplesmente horrível e vergonhoso o estado em que se acha esse trecho.

Enormes crateras, quando não, extensos bancos de areia transformam em aventura, uma viagem de cidade para outra.

Justamente por se tratar de meio de comunicação viária entre dois produtivos municípios, encravados em região de alta densidade demográfica e ponto de passagem obrigatórios para quem demanda à região Sul-Matogrossense, seria de esperar que para essa estrada, maior atenção, melhores cuidados, fossem dispensados pelo Estado.

Nela, o movimento é intenso. Sua importância é enorme sob todos os aspectos.

As providências para sua conservação, no entanto, caracterizam-se pela paliatividade.

Raramente, neste percurso, são vistas máquinas operando e, quando o fazem, fazem-no superficialmente.

Sabe-se que o trecho citado faz parte do lote 8—3 do Programa das Rodovias Alimentadoras financiadas pelo BNDE para futura pavimentação, já que está em projeto final de engenharia concluído e aprovado pelo DER. Seria de se esperar então que as obras básicas já tivessem sido iniciadas para que houvesse condição maior de trafegabilidade.

Fazemos nossa então as vozes de todos os motoristas que obrigam-se a percorrer os míseros 10 quilômetros que ligam aquelas importantes cidades do sofrido Noroeste Paranaense, e apelamos então ao Governador do Estado para que determine aos órgãos responsáveis, a concretização de obras de melhoria do trecho em questão.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que sejam atendidas as reivindicações feitas pela Associação dos Municípios dos Campos Gerais, na conformidade dos Ofícios nºs 51/75 e 50/75, de 27 de agosto p. passado, dirigido às respectivas autoridades, através do qual solicitam a criação de um Hospital Psiquiátrico, cuja solicitação corroboramos no presente.

Para maiores esclarecimentos, juntamos fotocópias dos Ofícios aludidos, os quais requeremos sejam anexados às cópias de inteiro teor, que deverão ser enviadas, do requerimento em questão, às autoridades citadas.

JUSTIFICATIVA:

Este parlamentar foi procurado diversas vezes por Prefeitos e pessoas pertencentes à região dos Campos Gerais, com o fito de providenciar internamento de pessoas portadoras de doenças mentais, surgidas em alguns daqueles municípios, que não têm condições de resolverem tais casos.

Tem ocorrido frequentemente de alguns Prefeitos se encontrarem em sérias dificuldades, pois pessoas portadoras de doenças dessa natureza, são deixadas às portas da Prefeitura, o que sem dúvida, faz que o Prefeito se veja na contingência não apenas circunstancial, mas também moral, de solver o problema. E diante da questão só há uma alternativa, o encaminhamento dessas pessoas para Curitiba, e aqui o único hospital especializado, exige para o internamento de um paciente, que seja retirado outro.

Assim, ilustres Pares, o nosso dever não só de cristão, mas como representantes que somos do povo desta terra paranaense, temos um dever a cumprir, e este dever abrange também aqueles que se encontram enfermos, carentes de recursos e entregues à caridade alheia, e esta, por ser de natureza pública, é delegada a nós, que devemos buscar através das leis e iniciativas competentes, solucionar problemas de interesse coletivo, impondo assim a ordem social dentro da comunidade, e esta ordem, está intimamente ligada à paz social.

Não resta dúvida, nobres Colegas que devemos unir nossas vozes ao Governo do Estado, para que, através de seus órgãos competentes, determine seja atendido o apelo incansável do povo daquela região, no sentido de que se construa com irrelutada urgência, um Hospital Psiquiátrico naquele local, e estamos certos que com esta iniciativa concretizada, teremos juntos, resolvido uma questão de graves consequências sociais.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 121/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fuca declarada de Utilidade Pública a “ASSOCIAÇÃO FEMININA ASSISTENCIAL DE IBAITI”, com sede no município do mesmo nome.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1975.

a) GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

A Associação Feminina Assistencial de Ibaity, presta inestimáveis serviços à comunidade onde está sediada e atende todos requisitos legais exigidos para ser declarada de Utilidade Pública. Por isso, a apresentação do presente plano de lei, que espero ver aprovado pela Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “O comando político é a prática política da oligarquia, dos grupos que se associam para usufruir do poder. É a distorção da representatividade popular e viceja a sombra dos interesses egoístas dos políticos que levam seus vícios de fazenda, de grupos burocráticos para as relações sociais.

Com toda certeza não é mais que um reflexo do grave problema do desenvolvimento econômico e social em regiões marginalizadas pelo Governo. Porém, é um reflexo de tal evidência, de tal alcance na convivência social, que urge combatê-lo, demonstrando que não é um direito nem uma prática a ser tolerada como normal, ainda mais neste País onde se afirma imperar o regime democrático. O comando político não é um comando político apenas. É um comando social e interpenetra todas as relações sociais ao nível das pequenas cidades e municípios. É grave.

É gravíssimo, que um País como o nosso ainda não se venha a enfrentar com o comando social, que a vida dos cidadãos se veja afetada pelo controle político-burocrático, pelo mandonismo político. É como se um político que se abriga na grei do Governo tivesse a capacidade e o direito de orientar e dirigir os principais aspectos da vida municipal, no contrato entre as classes sociais através da estrutura político-administrativa.

Tivemos recentemente em nossa cidade de Assis Chateaubriand, cidade a qual, orgulho-me representá-la, mais um episódio no longo rosário de imposições e distorções provocados pelos acordos políticos entre o Governo Estadual e pequenos políticos de sua preferência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o problema da educação é muito grave em nosso Estado. Somos um Estado atrasado, hoje, n os problemas educacionais.

Como se não bastasse esse atraso no campo educacional propriamente dito, a administração educacional igualmente atrasada, sofre as terríveis consequências do comando político.

O prefeito de Assis Chateaubriand, sob as conveniências de momento, apresentou-se como democrata e solicitou que os professores do GRUPO ESCOLAR ENGENHEIRO AZAURI GUEDES PEREIRA, escolhessem, por eleições livres e diretas, um nome a ser por referendado junto ao Governo Estadual para a direção do estabelecimento. Nome esse que substituiria a Diretora CECILIA A. DE LARA PIRES que solicitou a exoneração do cargo por ter transferido residência para Curitiba. Mas, o nome escolhido foi o da ilustre professora JURACY GALVÃO DE OLIVEIRA, que há mais de 10 anos exerce a função de professora com grande dedicação e reconhecimento de todos os colegas e da comunidade, cuja professora está na terceira série do curso de PEDAGOGIA COM HABILITAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR. A votação foi quase unânime, com exceção de um voto em branco, que se presume seja da própria indicada. Mas, o importante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o prefeito de Assis Chateaubriand, não aceitou as regras do seu próprio jogo, alegando que a indicada não partilhava as posições políticas do seu partido, a ARENA.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desde quando, com farsa política ou diretamente por imposição, tem direito qualquer comandante político do governo a determinar os rumos da educação, da cultura, da técnica, das necessidades sociais? Em que terra estamos, em que qualquer um da grei do governo se atreve a intervir em assuntos que desconhece, não entende, mas se reserva o direito de dizer quem deve dirigir e realizar?

Embora seja um reflexo da situação social, comando político é um hábito e uma prática política, que repugna a democracia e os altos interesses sociais da população.

Basta de tutela, de enganar o povo com o arbítrio e a manifestação dos direitos sociais”.

Era isto o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uso da palavra nesta oportunidade, para apresentar o seguinte requerimento. (Lê):

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

São constantes os reclamos desta Assembléia Legislativa contra o tratamento que a União vem dispensando ao Paraná.

As nossas vozes soma-se o pronunciamento do Deputado Joaquim dos Santos Filho, membro de nosso Partido que numa análise serena, profunda e realista, abordou o tema em fins de agosto.

Seu pronunciamento demonstrou a contribuição do Paraná no setor político, econômico e social. Afirmou textualmente: “O Paraná, ao longo de sua história, desde o ciclo do mate, passando pelo ciclo da madeira, de longa duração e profunda importância econômica para o País, até sua transformação no “celeiro agrícola” nacional ao dedicar-se especialmente ao café, o chamado “ouro verde”, tem sido a silenciosa fonte de suprimento de recursos materiais”.

Adiante, o parlamentar numa corajosa e paranista tese, afirmou ser seu “indeclinável dever” e “imperativo de consciência denunciar que, não obstante a comprovada e tradicional contribuição do Paraná no desenvolvimento brasileiro, em termos não só quantitativos, como qualitativos, esse estado tem sido, ao mesmo tempo, o maior injustiçado no rateio dos benefícios

desse desenvolvimento; que a União tem mantido, com relação ao Paraná, uma política de autêntica madastra”.

Em seu pronunciamento demonstra, as distorções no campo social, econômico, nos transportes, aborda os fenômenos climáticos, especialmente as geadas, o bloqueio à industrialização, onde ressalta explicitamente: “O Paraná vai lutar, respaldado no interesse nacional, contra os “barões da tecnologia”, contra o “imperialismo interno” e contra os obstáculos da política federal, impostos pelos escalões secundários da administração pública...”

Finaliza seu pronunciamento com 14 itens que consubstanciam as reivindicações do Paraná, Tendo em vista a importância do documento, julguei que deveria ser transcrito na íntegra nos Anais da Casa, motivo porque requero a transcrição da cópia que segue em anexo.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1975.

a) IVO THOMAZONI”.

Sr. Presidente, os itens reivindicatórios a que me referi vão desde a Alteração da Política Nacional do Trigo para o aumento das quotas de moagem do açúcar; aumento das quotas de exportação de carne; desenvolvimento agro-industrial; desenvolvimento do programa visando a implantação de indústrias no Paraná; apoio ao programa de desenvolvimento urbano; construção, duplicação e recuperação de nossas rodovias; construção da ferrovia central do Paraná; instalação imediata do Parque Marumbi e, finalmente, cumprimento das promessas feitas pelo Governo Federal ao Paraná e ainda não cumpridas.

Era o documento que queria encaminhar à Mesa, solicitando a transcrição nos Anais da Casa. — (sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo: “Uso da tribuna hoje para registrar com satisfação a medida tomada pela Secretaria da Agricultura do Paraná, através da Coordenadoria da Defesa dos Recursos Naturais Renováveis, ao baixar instruções no sentido de proibir a pesca nas águas interiores do Estado, inclusive para profissionais.

Na verdade é muito importante que haja nesta época uma rigorosa fiscalização para a conservação da espécie, pois a desova ocorre no período de outubro ao final de dezembro.

Cito como exemplo da necessidade desta fiscalização, o verdadeiro crime que atualmente vem ocorrendo num dos municípios que represento nesta Casa, mais especificamente o município de Castro, onde o Rio Iapó vem sendo procurado por pescadores que surgem dos municípios vizinhos, não apenas com canções e similares, mas com colocação de redes.

O Iapó vem sendo nestes últimos tempos um verdadeiro festival de redes.

Tal fato, inclusive, determinou que procurássemos o Serviço de Defesa da Caça e Pesca, onde denunciemos o fato e pedimos urgentes providências contra esse estado de coisas.

Fomos diretamente ao órgão responsável e pedimos as providências.

Hoje, conhecedores das medidas que estão sendo tomadas, é justo que nos pronunciemos desta tribuna, aplaudindo tal decisão e dando total solidariedade à norma adotada.

É importante que tenhamos cuidado.

A conservação da espécie, nesta época da desova, é da mais alta importância e estou seguro de que tal problema vem afligindo quase todo o nosso interior.

Certamente muitos serão pilhados burlando as leis, no uso de suas dezenas de redes.

Contudo, aqueles que agem irresponsavelmente, devem ser flagrados, com o material apreendido e sujeito às sanções legais.

É preferível acabar com o material utilizado por maus

pescadores, do que vermos acabada a espécie de nossas águas.

Fica aqui o nosso registro e a esperança de que sejam baixadas as instruções, mas que haja uma rigorosa fiscalização, sem o que pouco ou nada valerá a medida tomada”.

Era o registro, no pequeno expediente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, quarto orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha cidade, o meu município, está vivendo o período mais maléfico de toda sua história.

Na semana passada, o vice-prefeito de minha cidade, renunciou; o prefeito está ameaçado de ser caçado pela Câmara Municipal; por abuso do poder, a polícia criou, em pleno centro da cidade, um clube onde se reúne para festins nos sábados e domingos, cujas noites e bailes se concluem com tiros. E os dirigentes desses bailes, onde se reúne a prostituição local e a importada, é o Chefe do Destacamento de Polícia local.

Há três semanas passadas, fiz um apelo ao Sr. Delegado de Polícia que encerrasse aquela atividade degradante, porque queixas e reclamações do povo que ali reside, nos tinham sido feitas através de abaixo-assinados, com centenas de assinaturas, Paralizou-se aquela atividade apenas por duas semanas. E, no sábado passado, o festim teve seu reinício. Quando foi de madrugada, uma moça foi esfaqueada por um cidadão, e a própria polícia acabou a festa mandando balas ao ar.

Apresentarei aqui, ainda nesta semana, um requerimento à Secretaria de Segurança, pedindo a constituição de uma Comissão de Inquérito, para verificar em Santo Antonio da Platina, o estado em que se encontra o policiamento daquela cidade, e pedirei também o imediato fechamento daquele clube negro, daquele clube que infelicitiza, que desgosta a família platinense, família que sempre prezou pela dignidade e pela honra.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esclarecer que haveremos de tomar providências contra os desmandos que estão havendo em nossa cidade, por parte da polícia local.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, quinto orador inscrito.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por várias vezes, em ocasiões anteriores, usando da tribuna, ou em apartes a colegas nossos, já manifestamos a nossa posição sobre comandos políticos e já tentamos, repetidas vezes, descrever e definir o que seja “comando político”.

Mas, em outras ocasiões, silenciemos quando verificamos os maus usos dos comandos políticos. Porque o comando político nada mais é do que um ato de descentralização do poder, mercê da vontade governamental e que se traduz no fortalecimento da classe política.

Em tese, o comando político é o fortalecimento da classe política, é uma atitude democrática do Governo do Estado, através da representação do partido da Revolução, ou dos parlamentares da ARENA.

Cada um deles, no seu entendimento, poderá, como já disse, bem usar ou mal usar o comando político, motivo pelo qual muitas vezes assiste os ataques da tribuna, e não só silêncio, mas algumas vezes concordo até mesmo com a discordância dos Deputados do MDB, com relação ao mau uso dos comandos políticos por alguns Deputados da ARENA e poderei até ser um desses que, por engano, no meu caso, possa mal usufruir da liderança política do meu município.

Contudo, hoje, o Deputado Edilson Alencar vem versar sobre a matéria no ponto e pelo qual eu discordo inteiramente. Porque quis o nobre Deputado tratar do assunto sem referir onde, quando e como o comando político está sendo mal usado.

Então, quero dizer também ao nobre colega parlamentar do MDB, que deverá V. Exa. atinar mais para o verdadeiro sentido da liderança política e quando trouxer à tribuna problemas inerentes a comandos políticos, dê nome aos bois...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência comunica que falta apenas 1 minuto para esgotar seu tempo na tribuna.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Obrigado.

Dê nome aos bois, porque assim sendo, poderá V. Exa., até mesmo deste parlamentar, merecer apoio mas, em tese, V. Exa. não foi feliz, porque fala-se tanto em abertura democrática, eu entendo que nada mais é o comando político do que uma abertura democrática, pelo qual se faz a descentralização do Poder Executivo, através de uma participação das lideranças arenistas dos municípios, no bom sentido quando não o for, V. Exa. poderá reclamar da tribuna, que terá o meu apoio.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, sexto orador inscrito.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O dever de esclarecer um fato e preservar instituição, nos traz a esta tribuna, nesta tarde, para prestar esclarecimento, sobre o pronunciamento do Deputado Fidelcino Tolentino, que acusou a empresa binacional de Itaipu, de cometer arbitrariedades, no caso do fechamento da estrada que liga Foz do Iguaçu a Porto Guaira.

(Lendo): "A Estrada PR-65, que liga o trecho de Foz a Guaira, passa pelo canal de desvio da Barragem ITAIPU avançando pela área que será inundada pelo reservatório.

O trecho que vai do trevo até a Barragem está sendo duplicado e asfaltado.

Em face destes motivos foi refeito o pavimento do desvio que partindo da localidade de Santa Terezinha até a estrada de Guaira dando acesso bom até Guaira.

Com início da retificação e pavimentação da estrada de acesso à Barragem foi solicitado ao DER o desvio do fluxo que se destina a Guaira pela variante de Santa Terezinha, o que foi executado com o auxílio do DNER na parte de sinalização, editais, etc.

Ao mesmo tempo para assegurar o acesso à Vila Residencial foi feito um pequeno desvio de 500 metros em virtude da construção de bueiro (celular) próximo ao trevo.

Os moradores do trecho trevo-Barragem têm acesso livre e assegurado.

A modificação do itinerário para Guaira não prejudica de modo algum à economia da região, uma vez que a variante Santa Terezinha é melhor que o antigo trecho da estrada ora interditada.

E mais, está sendo projetada a nova estrada para Guaira, que tangenciará a região a ser inundada pela Barragem e, antes que haja a inundação, ela estará concluída.

O importante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que a interdição do trecho da PR-65, entre o trevo de Foz do Iguaçu e o canteiro de trabalho da Itaipu, foi efetuada pelo DER".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Carvalho. (Pausa). Não estando presente o Sr. Deputado Jayme Carvalho, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk. (Pausa). Não estando presente o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Há alguns dias solicitamos inscrição para o Grande Expediente e hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos nos reportar ao pronunciamento do ilustre Deputado Leopoldo

Jacomel quando, da tribuna deste Poder leu, no dia 24 de agosto, nota que o jornal "Estado de São Paulo" fez menção com respeito ao Sr. Getúlio Dorneles Vargas.

Devo lembrar um pequeno trecho do jornal "Estado de São Paulo" e que foi lido nesta Casa pelo ilustre Deputado Leopoldo Jacomel que, na tarde de hoje preside os nossos trabalhos.

"O batismo de uma refinaria com o nome de Getúlio Vargas soa como usurpação. Não se deve a ela e sim a ex-UDN".

Devo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a respeito do pronunciamento do Deputado Leopoldo Jacomel e do que diz o jornal "Estado de São Paulo" dizer o seguinte:

A escolha do nome do ex-Presidente Getúlio Vargas para a refinaria de Araucária ultrapassou a condição de homenagem a um trabalhador da causa do petróleo, para se transformar em acontecimento político da maior importância.

Em consonância com a voz e a consciência popular, homens públicos deste País consideraram justa a homenagem ao Presidente Getúlio Vargas.

Entretanto, os gritos e as maldições de outros homens públicos que procuraram impedir a homenagem, tornaram a indicação e aprovação parlamentar do nome do Presidente Getúlio Vargas à Refinaria de Araucária num acontecimento nacional.

Quando ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na Câmara Municipal de Curitiba conseguimos a aprovação daquela Casa para esta homenagem, perfilhou a idéia da Câmara Municipal o Deputado Fernando Gama que a levou à consideração das cortes legislativas do país e a homenagem passou pela distinção e aprovação deste Legislativo de Curitiba até ao Senado da República, submetendo-se à aprovação política de todos os níveis.

Devemos distinguir no grande homem Getúlio Vargas os momentos de sua atuação destacada por mais de 30 anos, no período em que esta Nação começa a configurar-se como Estado soberano e independente. Iniciando sua participação política ainda no período em que a industrialização brasileira lutava por implantar-se, submetida aos capitais ingleses e à dominação dos latifundiários de São Paulo e Minas Gerais, Getúlio Vargas teve a sensibilidade e a capacidade de entender os sinais de mudança dos tempos.

A preparação da Revolução de 1930 arregimentou as principais reivindicações brasileiras e populares, para formar uma avalanche que irrompe na fortaleza do autoritarismo e discricionarismo, apoiada principalmente nas aspirações das classes médias já refletidas nas revoltas do tenentismo. A Revolução de 1930 chefiada por Getúlio Dorneles Vargas constituiu um marco decisivo no avanço da nação brasileira; pela primeira vez na classe social, diferente dos latifundiários, costumeiramente chamados de barões do café, e seus associados nas cidades exigia e participava da direção do país. Bem verdade que a classe média, mercê da contra-revolução de 1932 tentada pelos latifundiários e negociantes, teve pouco tempo de participação no poder; apenas de 1933 a 1937. Mas, foi um período exemplar na vida brasileira, tanto do ponto de vista social como do ponto de vista político. Sem ele, dificilmente este país teria retomado a democracia em 1945 e gozado 19 anos de plenitude democrática, apesar do atraso e da ignorância; apesar da reação constante dos latifundiários e seus sócios norte-americanos; apesar da subversão permanente dos grupos antinacionais.

Não por obra e graça do que ficou sendo o "paternal Presidente Getúlio Vargas", mas por sua participação na Revolução de 1930 e por sua sensibilidade e agudo senso político grandes conquistas do trabalho e de direitos sociais foram firmados, refletindo o entendimento das aspirações populares e das revoltas populares e do tenentismo desde o período que precedeu a Primeira Grande Guerra até os marcos das sublevações militares da década dos 20.

Washington e Júlio Prestes não poderiam, por seus compromissos com a classe social dos latifundiários e dependência

do capital inglês, realizar as reformas que a sociedade brasileira estava exigindo. E então as reformas procedidas na década dos anos 30 e ampliadas a partir de 1945 não só constituíam uma exigência nacional, mas serviam também à acomodação social. Impedindo que a contradição das classes brasileiras se resolvesse pelo caminho da violência social. Claro está que os políticos deste País não podem entender o processo social brasileiro. Esses políticos primários não escondem seu amor aos privilégios mal conseguidos e seu ódio às classes trabalhadoras e seus direitos. Sua posição não passou pelo crivo constante da opinião pública aberta e democrática, e eles a temem mais do que a qualquer outra coisa. E então deblateram, falam, excomungando as classes sociais que pleiteiam direitos esmagados. E Getúlio Vargas lembra — apenas como instituição e não como conhecimento — o início da participação popular no processo político brasileiro.

Getúlio Vargas deve ser entendido. Não se trata de aproveitar o vazio da vida ideológica brasileira para lançar e relançar a bandeira do trabalhismo e do getulismo, embora todos devam reconhecer a legitimidade e a oportunidade com que voltam essas idéias quando se fez o país retornar em idéias e doutrinas aos anos anteriores a 1930. Com toda a certeza, as grandes iniciativas do Presidente Getúlio Vargas nos fazem ver a diferença dos governantes de hoje. Não posso entender, Senhor Presidente, Srs. Deputados, que um político não procure aprimorar-se, não se ajuste ao seu papel de representante do povo. Assim como toda a riqueza de um país é destituída de valor in natura e somente passa a contar como riqueza real quando pensada para o aproveitamento do homem e da sociedade, assim também a personalidade de cada um, sua capacidade e sua cultura, só conta para o amor da família, como potencialidade. Se o esforço do trabalho organizado, se a organização social permitem a expansão dessa potencialidade, então temos riqueza. Assim com a natureza, assim com o homem.

Toda pretensão do político, do empresário, do militar, ou do intelectual de situar-se do trabalho de todos os homens de suas idéias e originadas do trabalho e da convivência, é vã, fátua, vazia de sentido, risível mesmo. Por vezes nesta Casa, alguns políticos demonstram sua dimensão, quando se julgam aqui por predestinação ou por decisão pessoal. E as grandes lições do homem são do presente e do passado. Quem não conhece história com certeza não poderá fazer política consciente: produzirá estultias com voz alta e ignorância mais alta ainda, por que diz o ditado que cada um fale do que entende, faça o que sabe. Ou “não vá o sapato além dos chinelos”.

Se o Senador Jarbas Passarinho aproveitasse melhor sua passagem no Ministério da Educação para conviver com historiadores responsáveis não cairia em duas contradições aberrantes. A primeira é que defende o direito do arbítrio contra o direito da civilização. A interpretação de grupos acima da Carta Constitucional, enquanto imputa ao ex-Presidente Getúlio Vargas ter sido um ditador que governou sem o povo; ora, a evidência é incisiva. A segunda contradição — e não menos grave — é que se dá ares de erudito, de hermenêutica, de exegeta, de demurgo, não lembrando a Constituição de 10 novembro de 1937”, que serviu de justificação e suporte para a Ditadura Vargas, tinha as mesmas fundamentações que o Senador paraense defende hoje com tanta intransigência.

Disse o Francisco Campos da época: “Se a democracia de partidos já não comportava a luta política própria da época democrática liberal, as novas formas de antagonismo político peculiares ao nosso tempo, agravaram, de modo impressionante, os perigos que a democracia de partidos representa para a ordem e a paz pública”.

Parece que já ouvimos essas frases e seu sentido demais nos últimos anos. A ordem, a paz social, a ameaça ao espírito cristão.

Devemos ver no governante Getúlio Vargas dois aspectos

que se devem entender debaixo das condições da vida política brasileira: o chefe da revolução de 1930 e o dirigente da Nação de 1930 a 1937 e o chefe da Nação de 1951 a 1954, diferente do ditador 1938 a 1945.

Getúlio Vargas, mesmo em 1937, enfrentou, entretanto, uma situação política muito difícil. Não se trata de justificá-lo, mas de explicar sua situação e mostrar que problemas levaram o país à ditadura. Esmagada pelo povo a sua revolução de 1930 o movimento reacionário de 1932 — que se dizia apenas “constitucionalista” mas na verdade tenta a reconquistar os privilégios perdidos pelos latifundiários e seus associados internacionais: esmagada a revolução de 1932 muitos dos dirigentes revolucionários, inclusive uma maioria dos “tentes” de 1930 se deixaram envolver pelos reacionários e sua conspiração para retomar o poder pela via da infiltração. Em cada Estado brasileiro os novos mandatários enfrentaram desde a agressão direta até a corrupção e o envolvimento, tornando muito difícil manter vivos os postulados da Revolução de 1930, de que seria um belo fruto a Aliança Nacional.

E a Revolução de 1930 começou a deteriorar-se, mesmo sendo vencedora em 1932. Pagava tributos ao apoio dos capitais norte-americanos e à emergência das classes médias que ajudaram a dirigir o processo numa nova acomodação de classe com os latifundiários tradicionais. Eclodiram então as rebeliões comunistas de 1935, e pelos novos compromissos de classe dos revolucionários de 1930 com o facismo, a rebelião integralista de 1938 que estava preparada desde há muito.

Manietado, entre as classes sociais em luta; de um lado o povo e de outro os latifundiários e agentes internacionais capitalistas e facistas, o Presidente Getúlio Vargas se transformou em DITADOR, com o apoio fundamentalmente dos latifundiários e militares a eles ligados e aos capitais norte-americanos. O povo, pelo menos as camadas mais esclarecidas, não aceitava porém, não tinha meios de enfrentar a situação, expurgado que estava pelos embates anteriores e ameaças discricionárias. Este foi o grande erro do Presidente Getúlio Vargas: tentando equilibrar-se no Poder, cortou seu apoio popular na Aliança Libertadora Nacional e teve então que se ajustar aos seus verdadeiros inimigos, aos inimigos do povo. E podemos hoje ver que os mesmos o levaram à ditadura, execram-no como ditador. O mesmo ranço, o mesmo atraso, a mesma ferocidade que conservaram, ainda hoje os faz defenderem a ditadura, mas ofenderem a memória do ditador Getúlio Vargas. Condenam a ditadura de Getúlio Vargas para a qual contribuíram e defendem a forma ditatorial quando esta lhes dá vantagens de não competir eleitoralmente, de não disputar aberta e democraticamente.

E nós, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, nós que combatemos hoje qualquer ditadura, como criticamos as ditaduras do passado, as criticamos e as analisamos para compreender sua situação histórica. Nós consideramos que o Presidente Getúlio Vargas teve aspectos positivos e negativos e que os aspectos positivos predominaram sobre os negativos. E que o saldo que deixou para a Nação brasileira não pode ser esquecido nem engolido no veneno de qualquer aprendiz da história e suas grandes lições políticas.

No caso do petróleo o Presidente Getúlio Vargas teve uma destacado atuação que — como o Presidente Artur Bernardes — torna justa nossa homenagem quando lembramos seu nome para batizar a Refinaria de Petróleo de Araucária. O presidente Vargas voltou a seus compromissos históricos com a revolução de 1930 iniciados e consolidados com as sucessivas vitórias eleitorais como senador e deputado federal e depois Presidente da República; voltou a seus compromissos históricos com o povo e criou a PETROBRÁS, apesar das ameaças dos grupos internacionais e da ação subversiva e golpista dos latifundiários e reacionários e de todos os matizes.

Justa homenagem a um grande Presidente, o maior Presidente que este pobre e subdesenvolvido país já teve na sua curta

história democrática que começou em 1930 e foi amputada em 1932, 1938 e nos dias que correm.

Ah! se fosse possível mudar a história... Os livros sim, mas a história fica”.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, para não perturbar sua oração, esperi que fosse até o fim para fazer um reparo.

Em dado momento V. Exa., dirigindo-se a parlamentares — e pareceu-me que particularmente ao Deputado Leopoldo Jacomel — usou palavras como “predestinados”. Que alguém aqui parecia pensar ser predestinado. É evidente que nenhum de nós veio para esta Casa como herdeiro de trono ou como predestinado de berço. Nem mesmo V. Exa., que não é o primeiro político de sua família, veio para esta casa de leis por forças hereditárias e sim, no meu entendimento, batalhando, por seu trabalho e por aquisição pessoal.

Então eu quero, fazendo o meu reparo, dizer-lhe que, neste episódio, não pude ver onde V. Exa. quis atingir o Deputado Leopoldo Jacomel. Porque o pronunciamento foi tão somente a leitura do jornal “O Estado de São Paulo”. E o nobre Deputado Leopoldo Jacomel não deu, se-me lembro bem, a sua posição. E finalizou seu discurso dizendo “sem comentários”.

Acho que V. Exa. foi excessivamente rude quando quis atribuir pensamentos sobre Getúlio Vargas ao Deputado Leopoldo Jacomel.

O SR. ADALBERTO DAROS — Apenas disse que iria fazer reparo ao que tinha sido lido pelo Deputado Leopoldo Jacomel.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Então, foi engano meu, os reparos foram feitos ao artigo que foi lido e não ao Sr. Deputado Leopoldo Jacomel.

O SR. ADALBERTO DAROS — Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto. — Declina.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso. — Declina.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho. — Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo. — Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni. — Declina.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont. — Declina.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado. — Declina.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer. — Ausente.

Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

A Mesa registra com satisfação a presença do ex-Deputado Waldomiro Heneiko, do município de Apucarana.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 35/75, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que denomina “Grupo Escolar Professora Edite Cordeiro Marques”, o atual Grupo Escolar de Turvo, município de Guarapuava. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 119/74, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que autoriza o Poder Executivo doar ao Banco do Estado do Paraná S.A., os lotes de terreno nºs 4 e 5, da quadra 38, da planta da cidade de Tapejara do Oeste. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — **COM EMENDA EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, com Emendas, artigo por artigo.**

PROJETO DE LEI Nº 119/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Banco do Estado do Paraná S.A., os lotes de terreno nºs 4 e 5, da quadra nº 38, da Planta da cidade de Tapejara do Oeste, sede do município do mesmo nome, destinado à construção do prédio para a agência local do referido estabelecimento bancário.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1974.

a) PAULO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Pelos expedientes anexos, verifica-se que o interesse em construir sede própria no município de Tapejara do Oeste é do próprio Banco do Estado do Paraná.

É claro que tal melhoramento resulta em benefícios para o município, razão pela qual o respectivo Prefeito se empenha na doação do terreno.

Esta Casa é competente para encaminhar esse encontro de interesses, em termos de progresso estadual.

Esse o escopo do projeto.

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 119/74

Art. — : O beneficiário deverá iniciar as obras dentro de 2 (dois) anos e concluí-las em 4 (quatro), revertendo os lotes ao Patrimônio do Estado, não cumprido o disposto neste artigo.

Art. — : Os lotes objetos da presente doação, ficam gravados com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1975.

a) ENÉAS FARIA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 119/74

PARECER

1 — A emenda apresentada pelo Senhor Deputado Enéas Faria, determina o prazo de dois anos para início das obras, e quatro anos para sua conclusão e caso não cumprido essa disposição, os lotes reverterão ao patrimônio do Estado, bem como ficam estes gravados das cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

2 — A emenda não incorre em nenhum dispositivo constitucional, fato pelo qual o parecer é favorável. Ademais, esta Comissão já aprovou substitutivo análogo, em outra ocasião, visando gravar com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade o imóvel objeto de doação, proposto em projeto de Lei.

3 — Nestas condições opino pela APROVAÇÃO da EMENDA.

Sala das Reuniões, em 25 de junho de 1975.

a) ACCIOLY Neto — Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 119/74 PARECER

De autoria do nobre Deputado Paulo Camargo, objetiva o

presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a doar, ao Banco do Estado do Paraná S.A., os lotes de terreno nºs 4 e 5, da quadra nº 38, da planta da cidade de Tapejara do Oeste, sede do município para a agência local do referido estabelecimento bancário.

A justificativa que acompanha este plano de lei nos convence da conveniência e oportunidade da medida.

As doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Terras, Colonização e Imigração, já se pronunciaram favoravelmente à matéria.

No âmbito desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar a tramitação normal deste projeto por esta Casa.

Nestas condições, pela aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 1975.

- a) QUIÊLSE CRISÓSTOMO – Presidente
a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO – Relator

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 119/74 PARECER

1 – O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Paulo Camargo, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Banco do Estado do Paraná S.A., os lotes nºs 4 e 5, da Quadra 38, da Planta cidade de Tapejara do Oeste, sede do município do mesmo nome, destinado à construção de um prédio para a agência do referido estabelecimento.

2 – A douda Comissão de Constituição e Justiça se pronunciou favoravelmente à medida, por entendê-la oportuna e constitucional.

3 – A justificação que acompanha o projeto em exame, igualmente, nos convence da conveniência e oportunidade da medida proposta.

Daí o nosso parecer pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 11 de julho de 1975.

- a) EGON PUDELL – Presidente
a) DOMÍCIO SCARAMELLA – Relator

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de LEI Nº 59/75, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que declara de Utilidade Pública a Associação Assistencial de Guaíra, com sede e foro no município de Guaíra. Parecer **favorável** da C.C.J. – **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 93/75, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Federação Paranaense de Futebol, Sociedade Civil com sede e foro nesta Capital. Parecer **favorável** da C.C.J. – **EM REGIME DE URGÊNCIA. – Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 93/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – É declarada de utilidade pública a Federação Paranaense de Futebol, sociedade civil com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1975.

- a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A Federação Paranaense de Futebol é uma entidade que, por si e através das Ligas e Associações a ela filiadas, serve à

coletividade paranaense em todo seu território, tendo, atualmente, jurisdição sobre cento e setenta e um municípios, onde coordena, promove e incentiva a difusão e o aperfeiçoamento do futebol amador e profissional e, conseqüentemente, a cultura física e o espírito associativo.

A própria legislação (Decreto-Lei nº 3199, de 14 de abril de 1941) reconhece que as Federações desportivas brasileiras exercem uma função de caráter patriótico e, de modo mais acentuado as futebolísticas, uma vez que o futebol, por consagração, de texto legal, constitui no desporto básico e essencial do país.

Por ser o esporte das massas, do futebol derivam outras atividades lícitas e a ele correlatas, tornando sua prática um elo socializante do povo brasileiro.

A Federação Paranaense de Futebol preenche os requisitos legais e necessários para que, através de ato legislativo possa ser declarada de utilidade pública, a saber:

1º – É uma entidade exclusivamente nacional, sem ramificação alguma no exterior, e obrigatoriamente dirigida por brasileiros;

2º – Tem estatuto próprio, aprovado pelo Conselho Nacional de Desportos e homologado pelo Ministério da Educação e Cultura, e que, em obediência à lei dos registros públicos, achase devidamente transcrita, sob número 1301, no Livro A do 1º Ofício de Registro de Títulos de Documentos da Comarca de Curitiba, possuindo, assim, personalidade jurídica;

3º – Ultrapassa de há muito o limite mínimo de três anos de efetivo e ininterrupto funcionamento dentro das normas estatutárias que o regem, uma vez por essa existência legal data do ano de 1937, com as modificações posteriormente introduzidas por Assembléias Gerais em 14 de outubro de 1965, 06 de julho de 1966 e 17 de agosto de 1970;

4º – Os cargos da Federação Paranaense de Futebol, diretivos, não são, à qualquer título, remunerados, proibição essa emanada do artigo 50 do referido Decreto-Lei nº 3199 que instituiu o Conselho Nacional de Desportos;

5º – A Federação Paranaense de Futebol não distribue lucro, bonificações ou vantagens monetárias a seus dirigentes, sendo todo o seu orçamento convergente no sentido de proporcionar aos atletas do Paraná maiores possibilidades na prática do esporte nacional. A receita líquida que deriva do departamento de futebol profissional é carreado como fonte de incremento à atividade da mesma modalidade esportiva e que, atualmente, é exercida por aproximadamente mil e seiscentos atletas devidamente inscritos nesta categoria;

6º – Os dirigentes da Federação Paranaense de Futebol e de seus departamentos são pessoas de folha corrida ilibada e moralidade comprovada.

A declaração de utilidade pública traz para a Federação Paranaense de Futebol apenas a obrigação de fazer publicar anualmente o demonstrativo da receita e despesa do período anterior, desde que nesse período tivesse sido contemplada com subvenções dos poderes públicos ou de entidades particulares, e, também, a obrigação de manter inalteradas as condições mínimas que autorizam ser ela considerada como tal.

A utilidade pública é o modo de ser daquilo cuja finalidade o governo reconhece como de interesse ou benefício da coletividade, e lhe concede certas regalias. São dessas regalias e benefícios que a Federação Paranaense de Futebol necessita para, a exemplo de outros Estados – muitos deles de menor expressão econômica e demográfica que o Paraná – poder ampliar sua esfera de atuação, dando a seus atletas e também, à platéia esportiva que os estimula, um estádio condizente com a pujança paranaense. Daí porque se justifica amplamente conferir o caráter de utilidade pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 93/75

PARECER

1 — Visa o presente projeto declarar de utilidade pública a Federação Paranaense de Futebol, sociedade civil para fins esportivos, fundada em 4 de agosto de 1937, com seus estatutos aprovados pelo Conselho Nacional de Desportos e homologados pelo Ministério da Educação e Cultura.

2 — Do aspecto legal e constitucional nada obsta a aprovação do projeto em exame, eis que a sociedade em questão preenche todos os requisitos da legislação vigente para ser declarada de utilidade pública, bem como demonstra a justificativa apresentada pelo ilustre Deputado proponente.

3 — Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) DENI SCHWARTZ — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a Mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gabriel Manoel e Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. ex-Deputado Estadual Leovegildo Salles. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual, Sr. Leovegildo Salles. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, lido da tribuna, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento do Sr. Deputado Joaquim dos Santos Filho, feito na Câmara dos Deputados. — **Aprovado. (O pronunciamento acha-se publicado, final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 92/75. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando regime de urgência, para o Projeto de Lei nº 37/75. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que sejam atendidas as reivindicações feitas pela Associação de Municípios dos Campos Gerais, visando a criação e construção de um Hospital Psiquiátrico. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Governo do Estado e Televisão Iguaçu SA., pela inauguração no próximo dia 18, do sistema de microondas em Fóz do Iguaçu. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que os soldados que trabalham, durante o dia, no serviço de controle de trânsito e orientação aos pedestres, nesta Capital, sejam dispensados do porte de armas. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, dirigindo-lhe apelo no sentido de determinar os competentes estudos, com vistas à modificação estatutária da Polícia Civil. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à cidade de Ponta Grossa pela passagem dos seus 152 anos

de emancipação. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, visando providências no sentido de proporcionar melhores condições de tráfego no trecho que liga as sedes dos municípios de Santa Izabel do Ivaí a Loanda. — **APROVADO.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 119/74 e 59/75.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 93/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 6/75 e 37/75 e de Lei nº 64/75.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO IVO THOMAZONI, EM SESSÃO DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1975.

“Senhor Presidente

Senhores Deputados.

Por delegação do eminente Líder da Bancada da ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL, ocupo hoje a Tribuna desta egrégia Casa, solicitando, desde logo, a indulgente atenção dos meus ilustres colegas de missão política, para um tema que repudia maior relevância para o País, na hora que passa.

Estamos todos habituados a ouvir com interesse renovado os consagrados líderes partidários, que por aqui desfilam, na abordagem de questões fundamentais relacionadas com os destinos da coletividade, os quais ganham em dimensão política exatamente por força do talento, da inteligência, da autoridade intelectual dos seus expositores.

Ao contrário, Sr. Presidente, nutro fundada esperança de que a repercussão interna, no espírito dos nobres deputados, como a ressonância no seio da opinião pública e nas esferas decisórias e executivas, resulte sobretudo da importância da matéria a ser abordada, nesta oportunidade, que a dimensão política e a força persuasiva procedam direta e forçosamente da essência do problema cujo equacionamento adiante esboçarei.

Por essa razão, estimaria receber deste respeitável plenário, o singular privilégio não apenas da audiência atenta, como da gentil permissão para completar sem interrupções --- em outras oportunidade bem-vinda --- a fim de que o orador tenha garantida a possibilidade, rara convenhamos, de chegar ao fim do discurso, dentro do restrito espaço de tempo duramente conquistado. Não obstante, longe de excluir a “priori” o diálogo ou o debate, principalmente quando o tema apresenta largueza de propósitos e, por ser feito num fórum político por definição, como é esta Câmara, objetiva suscitar ampla ressonância.

Todavia, se me fosse permitido decidir, convidaria os possíveis apartes para uma troca de impressões, ou a esclarecimentos mútuos, ao final da parte expositiva, que para tanto planejei a destinação do restante do tempo disponível.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, feitas as imprescindíveis observações iniciais, cumpre-me indicar a natureza do assunto com que lhes ocuparei a preciosa atenção. Adianto-lhes que em linha direta, como não podia deixar de ser, o tema diz respeito ao Estado do Paraná e indiretamente, à Federação Brasileira, tal como define a Carta Política em vigor.

Desejo, igualmente, sublinhar que na presente intervenção, opero como porta voz da comunidade Paranaense --- do seu Go-

verno, dos grupos empresariais, das entidades profissionais de todas as atividades e setores, do econômico ao social, do cultural ao cívico, dos grupos políticos, enfim, este é um pronunciamento que reflete a unanimidade do pensamento das legítimas lideranças do meu Estado.

Porém, o que tenho a dizer não expressa reivindicações de caráter localista, despidas de uma visão nacional e conjuntural do processo econômico, social e político da Nação Brasileira.

Ocorre que esta Casa é a grande Tribuna do País, onde os magnos interesses nacionais devem ser expostos e debatidos, porque composta de representantes do povo brasileiro, e não simplesmente de mandatários das unidades estaduais. O Deputado, sem dúvida, procede dos estados, considerados para esse fim como simples circunscrições eleitorais, posto que portadores de mandatos com validade e âmbito nacionais. Prova disso é a proporcionalidade da composição representativa desta Casa basear-se, na vigência das Constituições de 1946 e 1967, no número de habitantes e, na atual Constituição, no contingente eleitoral, o que de qualquer modo atesta sua vinculação popular, ao contrário de número fixo de delegados estaduais, eleitos majoritariamente ao Senado, na conformidade da citada magna Carta. Outra evidência do caráter nacional-popular do nosso mandato é o elenco de competências específicas consignados a esta Casa, pelo mesmo Diploma Constitucional.

Sumariando, estas considerações preliminares, Senhor Presidente e Senhores Deputados, pretendo deixar bem claro que a questão paranaense será levantada, aqui e agora, enquanto geradora de implicações e ressonâncias que afetam a Nação como um todo homogêneo, bem assim os seus objetivos prioritários.

EVOLUÇÃO DO FEDERALISMO BRASILEIRO

É indiscutível que toda a análise do relacionamento Estado versus União há de se localizar no modelo de Federação, cristalinho Pacto das decisões políticas fundamentais, que é a Constituição Brasil. Nela é que se determinam os lineamentos básicos da convivência política, jurídica, econômica e administrativa da União com as Unidades regionais, componentes do Estado Federal.

De conquista, que representou à época da implantação, no advento da República, relativamente ao centralismo absorvente do poder central, característico da Monarquia, a solução federativa evoluiu pragmaticamente após a redemocratização de 1946 para uma limitada participação suplementar da União, no sentido de suprir as claras deficiências de algumas regiões, como é o caso da formulação de uma política vitoriosa, executada por órgãos especiais, de amparo e fomento a estados e a grupos de estados carentes de recursos básicos para acompanhar o ritmo de progresso de outras áreas geográficas do País. Prosseguindo na sua marcha evolutiva, cadenciada e direcionada pelos acontecimentos de natureza econômica e política, a federação brasileira amoldou-se aos princípios e metas essenciais da Revolução de 1964, quais sejam os de resguardar a segurança e promover o desenvolvimento Nacional.

O FEDERALISMO ORGÂNICO OU DE INTEGRAÇÃO

A Constituição de 1967, reformada em 1969, restringiu, portanto, a autonomia dos estados e consolidou a primazia da União, sobretudo no que tange ao comando econômico, conferindo-lhes os meios e instrumentos capazes de lhe assegurar, ao lado da perspectiva de conjunto da economia brasileira, a obtenção do desenvolvimento harmônico do País.

Não é meu propósito discutir, neste passo, sob o prisma doutrinário, a configuração do atual federalismo brasileiro. Tal questionamento requer a delimitação do assunto único objetivo, de modo que a focalizada instituição é trazida à colação apenas como condição para fixar os contornos da temática anunciada.

Seja como for, o chamado Federalismo orgânico ou de integração, segundo a denominação, dada pelo ex-Ministro da Justiça, PROFESSOR ALFREDO BUZARD, corresponde a uma

das principais idéias-força da Revolução de 1964, qual seja a de integrar o país, em todos os aspectos e sentidos.

Em tal esquema federativo, persegue-se a correlação e o equilíbrio das regiões e dos estados entre-sí, bem como a harmonia do desenvolvimento e conveniente circulação da riqueza gerada, por todo o território Pátrio. Em contra-partida, é condicionada pelo princípio da isonomia, ou seja, da igualdade das partes na atribuição de encargos e na concessão de meios correspondentes e afinados com o papel que cada parcela há de desempenhar, em benefício do conjunto. Tudo isso, em ordem a combater e eliminar as disparidades e desníveis regionais e inter-regionais, ainda hoje bem acentuados.

O PARANÁ EM FACE DA UNIÃO

Há uma constante facilmente identificável ao longo da evolução histórica do nosso federalismo, no tocante às relações entre o Estado do Paraná e a União: a dialética Madrastra versus Enteado, segundo a imagem clássica destas figuras parentais.

Fácil é demonstrar, com riqueza de elementos quantitativos e qualificativos, e - dada a premência de tempo apresentarei os mais significativos - - - que "o bom enteado", tem sido fiel à sua imagem fabular, o mesmo se podendo afirmar em relação à União Federal.

A CONTRIBUIÇÃO DO PARANÁ

Efetivamente, se há uma unidade federativa continuamente voltada para servir a União, essa é o Paraná. Sua contribuição inesgotável se faz sentir em todos os movimentos decisivos de nossa História, bem como em todos os setores da atividade humana.

CAMPO POLÍTICO

No campo político, tem sido um solidário membro do Estado Nacional, seguindo, sem contestações ou atritos, a política emanada dos poderes superiores, no curso da cambiante evolução da nossa História Política.

Seus governos e suas lideranças sempre timbraram em manter-se, ativamente, dentro das diretrizes consubstanciadas nas instituições, em constante diálogo com os governos federais, e mesmo quando situadas em áreas opostas, jamais recusaram a incondicional e patriótica cooperação. Mesmo no período revolucionário, o Paraná soube acolher, com docilidade ativa, a terapêutica aplicada, pelo Poder Federal, na solução do impasse criado pelo descaminho por que ameaçava enveredar o então titular do Poder Executivo.

Não há um só órgão, televisão, jornal ou revista - debaixo de censura ou sob liberdade vigiada, em consequência de infração da legislação especial de segurança, visto como, no Paraná, o fato político está inserido no excelente grau de consciência e participação no processo de transformação das nossas instituições públicas.

De modo especial, o Paraná soube compreender o superior significado do convite endereçado à Nação, pelo ilustre Presidente Ernesto Geisel, de colocar a "imaginação criadora" a serviço de soluções políticas consensuais com a realidade brasileira. Lá, as forças políticas organizadas no seio dos Partidos Políticos, estão dando mostras de invejável interesse pelo debate sereno e produtivo, caracterizado por avantajado teor de responsabilidade e compromisso com o futuro do País.

NO CAMPO SOCIAL

No campo social, apenas para não alongar a exposição, mencionarei o desempenho de uma nobre e delicada função: a de acolher as correntes migratórias, procedentes de diversas regiões do território nacional, que se deslocam de seus pagos, talvez para fugir ao espectro da marginalidade. Possivelmente, sem a sua inequívoca assimilação fraternal, tais contingentes populacionais se transformassem, nos locais de origem, em focos de pressão social, fatores de perturbação da ordem, com sérios pre-

juízos para a imagem do País no plano internacional. "Paraná, terra de todas as gentes", foi a feliz denominação que se atribuiu à peça que inaugurou, em Curitiba, com o concurso pessoal do Presidente Ernesto Geisel, o maior teatro do Brasil e que reflete, fielmente, a síntese brasileira que o Paraná expressa em termos de hospitalidade, cordial e generosa.

Tanto isso é verdade que em data recente, mais precisamente na sessão extraordinária de 28 de junho p.p., do Congresso Nacional, o nobre Senador PAULO BROSSARD, representante do Estado do Rio Grande do Sul, a propósito da localidade do novo Polo Petroquímico, declarou que seu Estado se havia transformado "num polo de emigração, perdendo, na última década, cerca de 300.000 pessoas" (D.Cong.-29.06.75-pg.3.179). Não acrescentou, mas faço-o agora, sem nenhum intuito de superestimar a tradicional cordialidade Paranaense, dispensada a quantos elegem o Paraná como a terra de seus filhos, que tais contingentes populacionais se radicam em seu território.

Os números são indicativos desse fenômeno: na década de 1950 o incremento da população paranaense foi de 7 por cento, decrescendo na de 1960 para 5 por cento, o suficiente, no entanto, para atingir um dos maiores índices registrados no mundo, graças a recepção de consideráveis massas humanas, em busca de novas oportunidades.

Esse fluxo migratório, oriundo dos quadrantes de nossa Pátria, explica, em parte, a rápida ocupação e colonização do território Paranaense, que em trinta anos teve cerca de dois terços de sua extensão geográfica incorporados à fronteira agrícola estadual.

Em contrapartida, a vertiginosa expansão das taxas de crescimento demográfico, situadas na explosiva escala de 5 por cento ao ano, nos anos sessenta, pode ser responsabilizada pelo irrisório crescimento da renda estadual, "per-capita" a ponto desta se manter, no período 1949/1969, abaixo de média nacional e muito inferior a da Região Sul, sendo certo que o referido crescimento populacional decorreu mais da transferência de grupos humanos de outros estados, do que do aumento natural ou vegetativo.

Como seria de se esperar, a população urbana do Paraná aumentou de um quarto em relação à população total (24,96 por cento), em 1950, para mais de um terço (36,46 por cento), em 1970, e vai se aproximar da metade da população do Estado (42,80 por cento), seguindo as precisões para 1980. Nesta década, portanto, a população urbana vai aumentar de cerca de 1.700.000 pessoas, ou seja vai passar de 2.500.000 habitantes urbanos para (Censo de 1970) para 4.300.000 (IBGE - projeções para 1980).

Em geral, no Brasil a corrida para as cidades é considerada mais como uma decomposição da sociedade rural do que como expressão do dinamismo da sociedade urbana, ao contrário do que ocorreu no surto de urbanização dos países industrializados.

Por outro lado, sabe-se que a urbanização artificial e caótica, aparece como um sério obstáculo ao desenvolvimento, na medida em que ela exige a imobilização de recursos cultos, sob a forma de investimentos de capital social básico, não produtivos, necessários à criação e à organização de serviços indispensáveis às grandes concentrações de populações, ainda que estas não se justifiquem como centros de produção. E jamais se pensou, no Paraná, em privar o Homem de emprego, educação, saneamento, habitação, transporte, água, luz, ruas e tudo quanto se relaciona com a qualidade de vida, para canalizar recursos e objetivos imediatamente reprodutivos.

Enquanto isso, se registra sensível baixa na pressão do excedente demográfico, nos estados de origem, e o conseqüente alívio dos investimentos nos setores não reprodutivos, em favor dos investimentos em infra-estrutura.

Essa é uma das mais significativas contribuições que o Paraná, silenciosamente, tem dado ao Brasil, no setor da harmonia

social e o faz com maior satisfação, porque reflete a vocação humanística de sua gente, vocação que explica sua condição de área laboratória de complexos demográficos.

NO CAMPO ECONÔMICO

No campo econômico, o Paraná tem sido o grande fornecedor de divisas e alimentos para o Brasil, e o mercado cativo dos produtos industrializados oriundos das regiões fabris.

Desde os ciclos do mate e da madeira, vem o Paraná sustentando nossas exportações para o exterior.

Presentemente, é uma das mais importantes unidades produtivas do País, contribuindo com cerca de 1/4 do produto da agricultura brasileira, ou seja, 16 por cento do total, enquanto o seu território corresponde a apenas 2,4 por cento do mapa nacional e sua população representa somente 8 por cento da apurada pelo Censo de 1970.

No que tange à produção agropecuária, ocupa o segundo lugar, evidenciando uma posição de destaque cada vez maior nesse setor, principalmente em função da industrialização (oleoginosas), mercado externo (café, soja, milho e algodão) e mercado interestadual (café, soja, milho e feijão).

Dos quatorze produtos básicos da agricultura brasileira, o Paraná, só não produz o cacau. O café, como todos sabem, tem representado o índice de crescimento ou queda do valor das exportações brasileiras.

Basta comparar o volume e o valor das exportações brasileiras e paranaenses: quando cai o valor das exportações paranaenses, em consequência de problemas transitórios de conjuntura ou de condições meteorológicas, cai o valor das exportações brasileiras, mesmo quando o volume dessas exportações permanece em elevação.

Neste contexto, desempenho bastante significativo cabe ao trigo, cuja produção teve um incremento da ordem de 100 por cento em relação à safra de 73. De 445 mil toneladas, nesse ano, o Paraná passou a quase 1 milhão de toneladas em 74, safra que representa aproximadamente 40 por cento da produção brasileira.

A soja, cuja produção em 62 se localizava na casa das 15 mil toneladas, em 73, foi de 1,5 milhão de toneladas — 50 por cento mais que em 72 — dando um salto considerável em 74, com uma colheita superior a 2,3 milhões de toneladas, sendo que em condições normais, na safra prevista para este ano, deveria atingir a casa dos 3,4 milhões de toneladas, o que significaria a histórica conquista de auto-suficiência deste produto.

Apenas com esses dois cereais, soja e trigo, a agricultura paranaense concedeu substancial contribuição para diminuir o "deficit" da balança comercial do Brasil em 74, pois as exportações de soja em grão e farelo, pelo Porto de Paranaguá, atingiram 2 milhões de toneladas e a comercialização do trigo no mercado interno representou inestimável poupança de divisas.

Esclareça-se todavia, que as importações paranaenses, procedentes do exterior, limitam-se apenas 55 por cento do total, incluindo a gasolina com enorme significação percentual, já que em 74 o Paraná não necessitou, como afirmei antes, obter trigo no mercado, uma vez que sua produção se encaminha no sentido de garantir, para o País, a tão sonhada auto-suficiência dessa riqueza alimentar.

Tanta vitalidade produtiva se reflete diretamente na arrecadação tributária que, nos cinco primeiros meses deste ano, segundo informações da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, apontou o Paraná como o quinto colocado na ordem dos melhores contribuintes de tributos federais.

Infelizmente, não são apenas os cofres da União os beneficiários desse manancial financeiro. As áreas industrializadas do País, sobretudo o polo paulista, também se beneficiam da situação paranaense, de fornecedor tradicional de produtos primários, recursos humanos e financeiros, bem como de divisas através das exportações, além do papel ingratito de amortecedor

de todas as imperfeições do sistema econômico de mercado.

É que a forma de ocupação do território paranaense, permitindo uma distribuição da terra até então inédita no Brasil, promoveu a hegemonia do sistema de pequena propriedade aproximadamente 400 mil, que qualifica sua população agrária como portadora de elevado poder aquisitivo.

Esse mercado consumidor cativo do polo industrial paulista, para onde se escoou o poder de compra da economia paranaense, caracteriza a dependência e a complementariedade da mesma em relação àquela, o que dificulta o crescimento do setor secundário no Paraná.

A PERDA TERRITORIAL

Outro aspecto da contribuição paranaense consiste na vultuosa perda de terras agricultáveis e reservas madeireiras, em função do represamento dos rios, destinados a acionar as usinas hidrelétricas. Para se ter uma idéia das perdas territoriais, só as Usinas de Salto Osório, Foz do Areia, Santo Santiago e Itaipu acarretarão a inundação de 5 por cento do espaço físico do Estado.

E com a construção, já definida pela Eletrobrás, da hidrelétrica no Rio Paraná, à montante de Guaira entre Ilha Grande e Jupia, mais três barragens serão levantadas redundando da inundação de 6 mil quilômetros quadrados de terras férteis, subtraídas definitivamente às atividades agropárias, sem contar os ônus impostos aos habitantes das pequenas cidades e vilas, situadas na região atingida pelo represamento.

A grande contradição desses projetos, procede da verificação de que o sacrifício paranaense se converte em vantagens energéticas para os Polos de São Paulo, principalmente, de Minas Gerais e Rio de Janeiro, pouco ou nada acrescentando em termos de fornecimento de energia elétrica ao mercado paranaense.

A UNIÃO: MADRASTA DO PARANÁ

Sr. Presidente, Srs. Deputados, até aqui me limitei a evidenciar na expressividade eloquente dos números, aquilo que o Brasil todo reconhece: que o Paraná, ao longo de sua história, desde o ciclo do mate, passando pelo ciclo da madeira, de longa duração e profunda importância econômica para o País, até a sua transformação no "celeiro agrícola" nacional, ao se dedicar à produção do chamado "ouro verde" que é o café, tem sido a mais silenciosa fonte de suprimento de recursos materiais.

Este período, marcado pela cultura do café, chegou a representar mais de 70 por cento das exportações brasileiras, durante décadas, sobretudo no apogeu da fase em que o Brasil acionava o seu progresso de substituição de importações, sendo por conseguinte, irrefutável a afirmação de que a industrialização só foi possível graças ao suporte que o café paranaense garantia em termos de divisas.

E agora a soja, o trigo, o milho e outras culturas, além da pecuária intensiva, completam o elenco de produtos característicos do mencionado celeiro.

Infelizmente, porém, constitui indeclinável dever de quantos, como este que tem a honra de merecer a generosa atenção dos ilustres componentes desta Casa, é na verdade, um imperativo de consciência denunciar que, não obstante a comprovada e tradicional contribuição do Paraná ao desenvolvimento brasileiro em termos não só quantitativos como qualitativos, esse estado tem sido, ao mesmo tempo, o maior injustiçado no rateio dos benefícios desse mesmo desenvolvimento; que a União tem mantido, com relação ao Paraná, uma política de autêntica madrastra.

Vou demonstrar, em seguida, que a situação do Paraná, mesmo sem a recente destruição causada pelos fenômenos climáticos, que são do conhecimento geral, é delicadíssima e insustentável para a própria Federação e para a estratégia econômica quanto homogeneização do progresso interregional.

Mais do que nunca, convém ao Brasil traçar-se um quadro

realista do Paraná, destacando-se, sem retoques, os seus problemas mais agudos e as suas reivindicações básicas, embora possa ele causar estranheza à maioria habituada com a falsa imagem de um Estado auto-suficiente e doador por excelência.

Esta atitude, que é nova entre as lideranças paranaenses, seja de natureza política, social, cultural ou econômica, não significa que o Paraná se demite de sua dignidade e altivez, mas sim que pela consciência de sua responsabilidade e da importância do seu papel nos destinos da Nação, quer fazer valer exatamente o desejo de prosseguir contribuindo. Por isso, vai exigir meios e condições, capazes de mantê-lo na função relevante que até hoje desempenhou.

Não se trata, portanto, de pleitear vantagens imediatistas, a fim de alimentar nocivos pruridos hegemônicos, em detrimento da grandeza nacional.

O que se objetiva é a restauração das suas potencialidades, o amparo aos seus esforços, o estímulo a mantença do lugar duramente conquistado, mas em vias de perder, com o Paraná, perdendo talvez, mais o próprio Brasil.

Assim, tentarei evidenciar as distorções e discrepâncias mais salientes entre a enorme contribuição e a sombria realidade paranaense.

DISTORÇÕES NO CAMPO SOCIAL

O bloqueio ao incremento do setor secundário, está impelindo o Paraná a um crucial impasse no campo social.

A renda interna gerada no Estado procede do setor primário em cerca de 50 por cento do setor secundário apenas 10 por cento respondendo o setor terciário com os restantes quarenta por cento. Se a esse quadro associarmos a estrutura do emprego da população ativa, que aponta 62,45 por cento, operando no setor primário, o qual, segundo as características de trabalho no setor resulta da absorção de contingentes elevados de população em condições de sub-ocupação ou desemprego disfarçado, que se incluem nessa categoria; 8,99 por cento no setor secundário, acusando um decréscimo nos últimos anos, e os restantes 28,56 por cento, no setor terciário, o único a aumentar sua absorção relativa, teremos de concluir forçosamente pela urgente necessidade de desenvolver o setor secundário, através da implantação de polos de industrialização, sobretudo da indústria ligada ao tipo de produção local, para criar os empregos capazes de absorver a crescente pressão sobre o mercado de trabalho nas cidades e áreas periféricas.

Em caso contrário, o setor terciário, será hipertrofiado e romperá talvez pelo ponto menos resistente das atividades não reprodutivas, ou colocará em cheque a própria estrutura social, cujas alternativas competem em nocividade.

Porque não se pode aclimatar compulsoriamente a noção exógena de que a urbanização é consequência mecânica do crescimento econômico e, em particular da industrialização, a não ser violentando a nossa realidade.

Se considerarmos constante a taxa de atividade registrada para 70, a população economicamente ativa deverá obter um incremento médio, no quadriênio, em torno de 3,4 por cento a.a., significando a necessidade da geração de aproximadamente 120 mil novos empregos.

Em termos gerais, a atividade terciária absorve excedente de mão-de-obra rural e o faz a níveis salariais muito baixos, por se tratar na maioria das vezes de mão-de-obra não qualificada, configurando a já mencionada situação de sub-emprego. Acrescente-se a esse detalhe o fato de que a atividade terciária paranaense não produz uma base econômica geradora de riquezas, por não ser autônoma.

Quanto à relação mercado de trabalho — setor econômico, é oportuno ressaltar que a atividade primária, se por um lado demonstra ser grande absorvedora de mão-de-obra não qualificada, por outro lado, apresenta alguns inconvenientes por estar su-

jeita a oscilações violentas de origem natural ou local, como é o caso dos fenômenos climáticos (geadas, enchentes, estiagem) ou endêmicas (pragas em geral). Além dessas, surgem outras variáveis, que são reflexos do instável mercado internacional.

Por aí se conclue que a grande massa de população ativa ou a ela equiparada vive à mercê de fenômenos incontroláveis pelo engenho humano, e mais, que no atual estágio da agricultura paranaense, a modernização de técnicas e processos abrangendo todo o ciclo produtivo, avulta como um imperativo de sobrevivência, porém resultará em liberação crescente e de mão-de obra desqualificada. Esse o grande dilema sócio econômico do Paraná, sobre o qual quero chamar a atenção das autoridades federais, sobretudo as responsáveis pelos órgãos de apoio aos programas de ensino profissional, de remanejamento das tendências do fluxo de mão-de-obra, de urbanização, de assistência e orientação familiar, de saneamento básico, numa palavra, de quanto envolva o Homem, que é a grande meta da Revolução.

DISTORÇÕES NO CAMPO ECONÔMICO

Sob o aspecto econômico, o Paraná possivelmente esteja em piores condições. Um quadro comparativo dos indicadores econômicos de infra-estrutura entre o Brasil e o Paraná, pela disparidade proporcional das respectivas grandezas, parece-me bastante elucidativo.

1 - TRANSPORTES:

- a - Rede Rodoviária Federal Pavimentada
Brasil - 41.200 km.
Paraná - 2.072,9 km - 5 por cento.

b - FERROVIAS:

- Brasil - 30.546 km
Paraná - 1.779 km - 5,8 por cento.

2 - ENERGIA ELÉTRICA:

- Potência instalada - 1974
Brasil - 61.000 milhões KWH
Paraná - 2.577 milhões KWH - 4,2 por cento.

3 - TELECOMUNICAÇÕES

- Número de telefones
Brasil - 2.379.077
Paraná - 96.511 - 4,1 por cento.

Ao contrário da estrutura econômica brasileira, a do Paraná tem suas rendas internas geradas pelas atividades do setor primário, como se demonstrou há pouco, não sendo demais ressaltar que mais de 70 por cento das indústrias de transformação depende de algumas poucas matérias-primas de origem primária.

Em 1968, por exemplo, 43,63 por cento da renda estadual, procedia da agricultura, enquanto que a indústrias gerava apenas 9,96 por cento, setor este que acusa declínio acelerado, já que em 1963, o percentual era de 12,36 por cento.

Mas o grande desafio da economia paranaense reside na seguinte particularidade: o expressivo volume da sua produção agrícola se deveu até esta data à ocupação de novas faixas de terras, dotadas de excepcional fertilidade natural, principalmente na linha de expansão oeste e sudoeste. Todavia, a fronteira agrícola já se dilatou até aos extremos limites das fronteiras jurídicas, de modo que se não se modernizarem os meios, técnicas e processos de produção, armazenamento e ensilagem, e se aumentar o ritmo e velocidade dos transportes, a agricultura experimentará a curto prazo a estagnação e a médio prazo o retrocesso.

Os efeitos econômicos são notórios, porém os sociais, pela própria natureza, poderão mais tarde resultar em focos de alta pressão sobre a organização institucional, por força da liberação de elevados contingentes de mão-de-obra desqualificada, que, somadas às correntes migratórias em fluxo contínuo, invadirão as cidades em busca de amparo.

Com efeito, a tendência ao empobrecimento da atividade agrícola é indissfarçável, em razão dos modos operacionais impos-

tos pelo mercado interno e internacional, bem como, pelos rígidos controles das entidades burocráticas de índole oficial, além dos já destacados fenômenos climáticos.

O SETOR DOS TRANSPORTES

Não obstante o Paraná dedicar-se quase integralmente à produção agropecuária, sobretudo das variedades componentes da pauta de exportação brasileira, o seu sistema viário é dos mais deficientes, em quantidade e em qualidade.

Penso que declarando perante esta Casa e, conseqüentemente, à opinião pública Nacional, que o Paraná recebeu da União, nestes últimos oito anos de administração, apenas e tão somente a bagatela de quarenta e sete quilômetros de rodovias asfaltadas, estarei oferecendo um quadro bastante realista do descaso com que o chamado "celeiro" do Brasil é tratado pelas autoridades responsáveis pelo desenvolvimento harmônico do País.

E a contradição se aprofunda a medida em que prestarmos a atenção à retórica enganosa dos mirabolantes projetos dos "Corredores de Exportação". O referido programa se alicerça nas necessidades de exportação e nas expectativas otimistas da produção agrícola a ser enviada aos centros de comercialização ou de consumo doméstico ou internacionais.

Pior ainda será a impressão causada ao observador, por mais indiferente que possa ser, quando fizer a leitura dos jornais paranaenses, que estampam rotineiramente, manchetes anunciando a interdição de pontes e demais obras de arte dos frágeis eixos rodoviários, superlotados por um tráfego quantitativamente muito acima de sua capacidade de resistência e vazão.

Foi o que ocorreu, por exemplo, em pleno processo de escoamento da safra do soja, quando o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem deliberou proibir o tráfego de veículos com peso bruto total, além de quarenta toneladas, nos trechos Ponta Grossa-Guarapuava-Cascavel-Foz do Iguaçu, isolando, assim, mais de quatrocentos quilômetros de estradas, sem qualquer previsão para o levantamento da interdição. O trecho mencionado é de vital importância para a economia do Estado, visto como representa a ligação de Paranaguá com as Regiões Centro Oeste e Sudoeste, aplicadas inteiramente às atividades agrícolas. Dias depois, o 9º Distrito Rodoviário Federal aplicava medida idêntica na Rodovia BR-373/277, motivada pelo estado precário da ponte sobre o Rio Tibagi, situada na altura do quilômetro 25 da Rodovia Ponta Grossa-Imbituva, que não suportara o extraordinário volume de tonelage de carga que por ali transportada. Quatro semanas após, é na Serra de São Luiz do Purunã, no trecho crítico, Curitiba-Ponta Grossa, que meia pista fica inutilizada, por tempo indeterminado.

Em consequência desses transtornos, o fluxo das safras agrícolas, em direção ao Porto de Paranaguá, ponto final do itinerário interno, é frequentemente interrompido, por dias e dias, por causa de obstruções de toda ordem apresentada pelas obsoletas e desgastadas pistas de rolamento das estradas paranaenses formando-se em poucas horas, filas quilométricas de viaturas carregadas, muitas delas conduzindo produtos perecíveis, que logo se perdem. Os prejuízos são incalculáveis.

Já não constitui acontecimento excepcional, que o sofrimento físico, além dos danos de ordem material suportados pelos profissionais do transporte de carga, ganhe contornos de grave problema social, ao longo das tristes estradas do Paraná. Tem sido exigido das autoridades sediadas nas proximidades desses ponto de estrangulamento do tráfego rodoviário, medidas especiais para conter a justa revolta da multidão de motoristas, compelidos, sem alternativa, ao imobilismo total, durante um, dois ou mais dias, por uma ou mais vezes, ao longo do trajeto iniciado junto às fontes de produção, até ao final ponto de embarque.

Aí, no Porto de Paranaguá, inicia um novo capítulo repleto de distorções, onde os protagonistas são tanto os produtores,

ou os comerciantes, como os transportadores. A carência de dependências físicas, para o armazenamento das cargas, o congestionamento do setor de embarque, determinam a acumulação de viaturas em número algumas vezes superior a um milhar, nas intermináveis filas que a cada minuto aumentam. Perdem o Paraná e o Brasil, nessas delongas, um percentual bastante significativo no balanço global da operação-transporte da produção de sua riqueza.

E o que dizer, então, das estradas vicinais, das rodovias de leite natural, que formam a malha rodoviária, alimentadora dos principais troncos rodoviários. Poucas horas de chuva são mais do que suficientes para torná-las absolutamente intransitáveis, por vários dias, e o efeito imediato é a paralisação da frota de veículos de carga, procedentes dos centros das linhas de produção agrícola.

Se nas rodovias asfaltadas, atendidas pelos Departamentos de Estradas, o destino é incerto, como antes se demonstrou, nas estradas intermunicipais, que não possuem sequer o revestimento primário e que se vão deteriorando à proporção em que se embrenham pelos campos e sertões, o quadro torna-se indescritível. E é por essas trilhas, somente por elas, que toda a produção chega às rodovias-tronco, exigindo uma tenacidade verdadeiramente heróica do nosso homem do campo e do nosso homem do setor rodoviário, para vencer os desafios e voltar novamente a desafiá-los, na aventura diuturna do seu trabalho.

Num esforço extremo de encontrar solução para tão grave problema, o Governo do Estado procurou a alternativa da estrada de ferro, construindo, a custo de ingentes sacrifícios, a estrada central do Paraná, que liga Apucarana a Ponta Grossa.

Essa obra de fundamental importância para delinear o corredor de Exportação, exatamente por se tratar de Ferrovia e se apresentar como alternativa desafogadora da Rodovia do Café, custou ao povo do Paraná, a elevada soma de um bilhão de cruzeiros, já que recebeu da União a irrisória quantia de seiscentos milhões de cruzeiros. E é bom lembrar que a mencionada Ferrovia consulta muito mais aos interesses nacionais, do que propriamente os interesses do Estado.

Todavia, sem o prosseguimento das obras até ao Porto de Paranaguá, ela não tem condições de desempenhar as estratégicas finalidades que lhe foram estabelecidas, isto porque a partir de Ponta Grossa até ao porto de embarque a carga por ela transportada afunilar-se-á naquele monumento da engenharia Nacional do século XIX, tal é a estrada de ferro, Curitiba-Paranaguá, que por ser um respeitável marco de mais de cem anos, já-mais poderá suportar o fluxo de tonelagem exigente de rápido trânsito.

Verifica-se, portanto, que se não houver socorro urgente ao Paraná, no sentido de equipá-lo com um sistema viário compatível com suas necessidades e com a demanda de transporte, o País continuará se dando ao luxo irresponsável de desperdiçar riquezas, enquanto o mundo se debate na maior crise de alimentos de toda a história da Humanidade.

Além do mais, uma das fontes de recursos em divisas, que os técnicos governamentais, classificam como prioritárias, é a resultantes das exportações de produtos alimentares, a fim de contrabalançar as perdas decorrentes da multiplicação dos preços dos combustíveis, no comércio internacional.

Nem se diga que a prometida duplicação da Rodovia Regis Bittencourt, BR-116, no trecho Curitiba-São Paulo é obra que se deve creditar como vantagem ao Paraná. Se se levar em conta que Curitiba se situa a meio caminho entre Rio Grande do Sul e São Paulo, facilmente se concluirá que o melhoramento tem significação predominantemente interregional, favorecendo claramente ao polo Paulista.

A DESTRUIÇÃO CAUSADA PELAS GEADAS

Senhor Presidente, e Senhores Deputados. Espero ter demonstrado que as características da economia paranaense es-

tritadamente dependente do comportamento do setor primário e agroindustrial, torna-a dependente não apenas da política nacional de crédito, preços, transportes e comercialização, bem como da conjuntura internacional, mas também dos imprevisíveis e incontrolláveis fatores climáticos.

Numa autêntica sucessão de fenômenos dessa ordem, as perspectivas econômicas do Paraná, que como tentei descrever, se afiguravam sombrias, em curtíssimo prazo, foi praticamente destruída.

Primeiro a neve e as geadas, depois as queimadas, consumindo as sobras da catástrofe, e, finalmente, as chuvas de granizo.

O Paraná perdeu 100 por cento da próxima safra de café e para 77/78 estima-se a irrisória produção de 1/3 apenas; 60 por cento da produção de trigo, prevista para este ano em cerca de 2 milhões de toneladas, as pastagens foram totalmente dizimadas, colocando em risco um rebanho de 6 milhões de cabeças de gado, completamente sem meio de se alimentar; a cana-de-açúcar foi totalmente dizimada, o feijão das águas da mesma forma. Em resumo: O próprio Governo do Estado terá que rever a proposta orçamentária para reduzi-la à realidade pós-geada. Os 62 por cento da população do Estado do Paraná, que vivem na zona rural e nela trabalham, foram duramente atingidos pelos incalculáveis prejuízos.

Este quadro desolador, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é um desafio às autoridades executivas Federais, que não podem permitir que o "Eldorado agrícola" do Brasil seja tão vulnerável, que o Paraná, sua população laboriosa, da noite para o dia, sejam dizimados por fenômeno climático.

O primarismo da economia Paranaense é um escárnio para o Brasil, que dela depende substancialmente.

O BLOQUEIO À INDUSTRIALIZAÇÃO

O Paraná, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não mais se conforma com a subalterna posição de ofertante de matérias-primas e demandante de bens finais elaborados; não se conforma em possuir renda "per capita" inferior à média brasileira; não mais se conforma em viver sobressaltado, a cada inverno, sob o temor das inevitáveis baixas de temperatura; ou dos incêndios que se seguem às geadas; ou das estiagens, quando não das enchentes, no verão.

Por isso, vai lutar virilmente pelo cumprimento do Federalismo de Integração, por ser uma decisão básica política, cristalizada na Magna Carta, vai lutar, sem concessões, e empenhando todas as suas forças vivas, dentro das diretrizes firmadas pelo II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (PND), contra as diversas formas de monopólio regional, centralização ou concentração industrial, nos precisos termos dos seus "Objetivos e Opções Nacionais"; vai aplicar-se insistentemente para impedir "a prevalência de interesses de grupos, classes, ou REGIÕES", em favor da "descentralização industrial, visando o fortalecimento de novos polos" tendente a "atenuação dos desníveis regionais de desenvolvimento industrial" e a evitar "a continuação da tendência à concentração da atividade industrial em única área metropolitana", bem como reclamar "estímulos aos Polos Industriais no Sul", porque essas normas constituem opções básicas expressas da estratégia Industrial, do II PND; o Paraná vai, com o II PND nas mãos, exigir que "as linhas essenciais de atuação, no próximo estágio, compreendam a ADOÇÃO EXPLÍCITA DO OBJETIVO DE DESCENTRALIZAÇÃO, NACIONALMENTE, COM UM DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, PARA EFEITO DE CONCESSÕES DE INCENTIVOS DO CDI, FINANCIAMENTOS DO BNDE E OUTROS ESTÍMULOS OFICIAIS A PROJETOS INDUSTRIAIS" e "A FORMAÇÃO DE COMPLEXOS INDUSTRIAIS DE CARÁTER REGIONAL, aproveitando economias de escalas e de aglomeração e garantindo o funcionamento de grandes, médias e pequenas indústrias"; como vai, de acordo com o conteúdo do PND, pressionar no sentido

do estabelecimento de "melhor equilíbrio econômico-político entre as diferentes regiões, SEJA DENTRO DO CENTRO SUL, seja das outras micro-regiões em relação ao centro-sul", porque assim procedendo estará sendo fiel às suas melhores tradições federalistas.

O Paraná vai lutar, respaldado no interesse nacional, contra os "barões da tecnologia", contra o imperialismo interno" e contra os obstáculos da política federal, impostos pelos escalões secundários da administração pública, aos seus projetos de industrialização, que hoje mais do que nunca são erguidos, em frontal e antipatriótico desrespeito à filosofia do II PND, política essa denunciada pelo Conselho Econômico da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, em data recente. Segundo essa entidade há "pressão de grupos que interferem claramente na decisão dos órgãos federais definidores da política de liberação de investimentos e fixação de prioridades, dificultando a viabilização de qualquer projeto que possa contrariar seus interesses cartelizantes".

Esta luta, que é de todos os paranaenses, das forças vivas da comunidade, visando reconquistar o lugar e a importância que o Estado sempre ocupou e significou para o País, não se cinge a esta batalha, mas tem aspirações muito mais amplas:

1 - O PARANÁ QUER SER A SEDE DO II POLO PETROQUÍMICO

Já apresentei perante esta Casa, e os órgãos especializados da administração estadual, igualmente o fizeram perante as autoridades federais competentes, as razões altamente convincentes, sob todos os prismas, de que é efetivamente no Paraná a sua melhor localização. Gostaria de acrescentar a esses argumentos, dois novos: O Paraná não integra a relação das áreas críticas de população industrial, constante do II PND, e que é imperativo da segurança nacional, sobretudo no que diz respeito à indústria Petroquímica, não só a descentralização, como a sua localização, em Ponto não muito próximo das fronteiras com outras nações.

E tanto é verdade que o Paraná possui os melhores requisitos, que a decisão vem sendo sistematicamente protelada. Não fossem tão fortes e irrefutáveis os argumentos favoráveis ao Paraná, e o caso já teria merecido solução.

Em outras palavras, ainda não encontraram uma boa explicação para alijar o Paraná dessa disputa, em função das incomparáveis vantagens que apresenta em relação aos demais pleiteadores.

2 - ALTERAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DO TRIGO

O Paraná pretende modificar a política de discriminação contra quem produz.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, será pedir demais para o Paraná o direito de industrializar, pelo menos a parte do trigo que planta e colhe, e que se destina ao seu próprio consumo? Não é esta uma política de madrastra, impor a quem planta e colhe determinado produto o dever de consumi-lo somente depois de ser beneficiado em outros centros? Esse tratamento não configura claramente o famigerado colonialismo?

3 - AUMENTO DAS QUOTAS DE MOAGEM DE CANA-DE-AÇÚCAR

O Paraná produz cana-de-açúcar em quantidade muitas vezes superior aos limites permitidos para a industrialização.

Tal política, da mesma forma como a relacionada com o trigo, é prejudicial ao Estado e os critérios de fixação das cotas configuram a sanha anti-nacional de punir quem produz, castigo inexistentes nos mais truculentos estatutos coloniais registrado pela História.

4 - AUMENTO DAS QUOTAS DE EXPORTAÇÃO DE CARNE

O rebanho bovino paranaense, estimado em 6 milhões de cabeças, em decorrência das geadas recentes, que destruíram todas as pastagens nas áreas de pecuária, está ameaçado de morrer de fome. A única alternativa, diante da questão, seria o abate,

para o suprimento, em caráter prioritário, por se tratar de emergência, dos mercados consumidores, internos e externos.

No entanto, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, o Paraná está preso às mínguas cotas vigentes na época anterior aos fenômenos climáticos, de modo que a pecuária, em franco estado de desespero, defronta-se com o absurdo dilema: abater sem poder comercializar ou simplesmente deixar morrer por inanição.

Tratando-se de proteínas, num país carente como o nosso, ou mesmo em face de escassez de alimento no mundo, tal política, mais do que injusta, é obtusa.

5 - DESENVOLVIMENTO DA AGRO-INDÚSTRIA

A vocação agro-industrial do Paraná salta aos olhos de qualquer observador, independentemente de análise acurada.

Convém muito mais ao Brasil, ter um Paraná alicerçado numa economia de índole agro-industrial, do que um Paraná instável e dependente de uma frágil estrutura monoprodutiva.

É urgente a mudança de atitude dos órgãos decisórios a nível federal, no sentido de canalizar os incentivos, financiamentos e programas de industrialização dos produtos e matérias-primas paranaenses.

6 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMA VISANDO A IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIA METAL-MECÂNICA, como suporte para a indústria de base, em especial do Polo Paulista.

7 - PREFERÊNCIA NA INSTALAÇÃO DO PRÓXIMO

COMPLEXO SIDERÚRGICO, a fim de atender, a localização estratégica e aproveitar as jazidas existentes no território paranaense.

8 - APOIO AO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Tendo em vista a ordenação do crescimento acelerado das cidades, sobretudo nas linhas traçadas pela interiorização da fronteira agrícola, principais focos de atração de correntes humanas liberadas pela atividade agrária.

9 - RESSARCIMENTO PELAS PERDAS TERRITORIAIS.

Resultantes da inundação de milhões de hectares, por força de represamento necessários às usinas hidrelétricas, cuja produção é consumida fora do Estado do Paraná.

10 - CONSTRUÇÃO, duplicação e recuperação de Rodovias, capazes de escoar a produção agrícola, tanto das rodovias tronco, como da malha rodoviária vicinal, com a finalidade de viabilizar o decantado Projeto do Corredor de Exportação do Paraná.

11 - CONSTRUÇÃO DA FERROVIA CENTRAL DO

PARANÁ, no Trecho Ponta Grossa-Paranaguá, para aliviar a vetusta ferrovia Curitiba-Paranaguá, ainda em função do Corredor de Exportação.

12 - REEQUIPAMENTO DO PORTO DE PARANAGUÁ

Nosso terminal marítimo essencialmente instrumentado para a exportação, a fim de dar vazão ao grande volume de embarques que se verifica nas épocas de safras.

13 - INSTAURAÇÃO IMEDIATA DO PARQUE MARUMBI

Para preservar a valiosa reserva de área verde, e impor paradeiro na erosão galopante, produzida pela criminosa desmatamento, que atualmente é responsável pelo assoreamento da Baía de Paranaguá, enquanto o Governo Federal gasta inutilmente somas astronômicas para dragar o canal de acesso ao Porto.

14 - CUMPRIMENTO DAS PROMESSAS

Feitas sob a influência cívico-emocional da catástrofe climática, ainda que seja para atenuar os prejuízos até agora estimados em cerca de 1 bilhão de dólares.

Este é o Paraná, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, retratando de corpo inteiro, sem retoques, na sua inestimável cooperação, nas perspectivas sombrias para o futuro, se aquilo

que ora pleiteia, por direito adquirido no trabalho pacífico e honrado, para poder continuar cumprindo o seu dever perante a Nação Brasileira, não lhe for concedido; este é o Paraná que não abre mão de seus direitos porque tem um sério compromisso com o futuro, em razão do seu passado, de onde procedem as raízes mais profundas de sua vocação federativa, mas integrada; autonômica, mas nacionalista; de servir, mas não de ser. Era só, Sr. Presidente.

DEPUTADO SANTOS FILHO – ARENA – PARANÁ

O PARANÁ EM FACE DA UNIÃO FEDERAL

Brasília, 29 de agosto de 1975”.

PORTARIA Nº 497/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

conceder férias coletivas, aos funcionários Contratados deste Poder, referentes ao período 1974/75, conforme abaixo especificados:

OUTUBRO

HAMILTON GUERREIRO CARNEIRO

ELI MOCELIN CECCON

NOVEMBRO

WILFRED KOESTER

ALZIRO SANTIN

DEZEMBRO

DIRCEU DA SILVA

RENATO MARIO MIGUEL

Gabinete da Diretoria Geral, 11 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral.

PORTARIA Nº 498/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8538, de 28 de agosto de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, HELENA MONTANARI, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da “ARENA”, junto ao Gabinete do Deputado LUIZ ROBERTO NOGUEIRA SOARES, até 31 de dezembro de 1975.–

Gabinete da Diretoria Geral, 11 de setembro de 1975.–

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral.

Ofício Nº 34/75

Curitiba, 27 de agosto de 1975.

Senhor Diretor:

Pelo presente, enviamos os balancetes referentes aos meses de junho e julho do corrente exercício, para verificação e controle das autoridades da Casa, devendo posteriormente serem publicados no Diário da Assembléia.

Ao ensejo reitero V. S. os meus protestos de consideração e apreço.

AIMORÉ DA ROCHA

Diretor do Departamento de Finanças.

PORTARIA Nº 493/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições.

R E S O L V E:

designar, CELIO NICOLAZZI, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da “ARENA”, junto ao Gabinete do Deputado EZEQUIAS LOSSO, até 31/12/1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de setembro de 1975.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral.

PORTARIA Nº 494/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8767, de 2 de setembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

revogar a Portaria 188/75, de 18 de abril de 1975, que designa o funcionário ACIR VILLATORE, para prestar serviços junto ao Gabinete do Deputado Dácio Leonel de Quadros, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos por prestar serviços extraordinários, a partir de 01 de setembro de 1975.–

Gabinete da Diretoria Geral, 11 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 495/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8765, de 2 de setembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, RUY DA FONSECA PEREIRA, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviço no Gabinete da 1ª Secretaria, até 31 de dezembro de 1975.–

Gabinete da Diretoria Geral, 11 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 496/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8762, de 2 de setembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, ISOLETE COSTACURTA FONTOURA, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da “ARENA”, junto ao Gabinete do Deputado Ivan Santos Ruppel, até 31 de dezembro de 1975.–

Gabinete da Diretoria Geral, 11 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral